

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser textual,
com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DESTE CAPÍTULO:

CRONOLOGIA. In: MILITARES e política na Nova República/ Organizadores Celso Castro e Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001.p. 337-346.

Disponibilizado em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

CRONOLOGIA

25 de abril de 1984

Derrotada a proposta de emenda constitucional que previa eleições diretas para presidente da República.

10 de agosto de 1984

Agentes da Polícia Civil prendem, em Brasília, dois sargentos, um capitão e um major — todos vinculados ao Centro de Informações do Exército (CIE) —, que colavam cartazes na cidade vinculando o candidato opositorista, Tancredo Neves, a movimentos de esquerda.

11 de agosto de 1984

Convenção do PDS escolhe Paulo Maluf como candidato situacionista à presidência da República.

4 de setembro de 1984

Na inauguração do Aeroporto 2 de julho, em Salvador (BA), Délio Jardim de Matos, ministro da Aeronáutica, profere discurso atacando os dissidentes do PDS que não apoiavam Maluf e haviam formado a Frente Liberal. O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, responde ao discurso, criticando o ministro.

15 de janeiro de 1985

Eleição de Tancredo Neves e José Sarney, respectivamente, para a presidência e vice-presidência da República, pelo Colégio Eleitoral.

14 de março de 1985

Na véspera da posse, Tancredo Neves é internado no Hospital de Base de Brasília, onde se submete a uma operação de emergência.

15 de março de 1985

O vice-presidente eleito, José Sarney, assume o cargo de presidente da República. O general João Batista Figueiredo não lhe passou pessoalmente o cargo, saindo do palácio pela porta dos fundos.

21 de abril de 1985

Morte de Tancredo Neves.

24 de maio de 1985

Reaberto pela Justiça o caso do jornalista Alexandre von Baumgarten, ligado ao SNI e desaparecido em outubro de 1982. Arquivado, o caso foi reaberto em 1989.

12 de agosto de 1985

A deputada Bete Mendes, em comitiva oficial no Uruguai, reconhece o coronel Carlos Alberto Brillhante Ustra, adido militar nesse país, como torturador do DOI-Codi de São Paulo em 1970, época em que esteve presa.

29 de outubro de 1985

O Superior Tribunal Militar dá parecer contrário à reabertura do inquérito do Riocentro.

27 de fevereiro de 1986

Lançado o Plano Cruzado.

18 de setembro de 1986

A Comissão Afonso Arinos, criada para propor um anteprojeto constitucional, entrega seu relatório a Sarney.

15 de novembro de 1986

Eleição de senadores e deputados federais para a Assembléia Nacional Constituinte, e de governadores e deputados estaduais. Expressiva vitória do PMDB em todo o país.

21 de novembro de 1986

Lançado o Plano Cruzado II.

10 de dezembro de 1986

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana cria comissão para averiguar o desaparecimento de 125 pessoas durante o regime militar.

1º de fevereiro de 1987

Instalada a Assembléia Nacional Constituinte, que terá Ulysses Guimarães como seu presidente.

12 de junho de 1987

Lançado o Plano Bresser.

Outubro de 1987

Soldados tomam de assalto a prefeitura de Apucarana em protesto por melhores salários. O capitão líder do movimento foi condenado a três anos de prisão.

Fevereiro de 1988

Diante do cancelamento de uma audiência, o então governador de Alagoas, Fernando Collor, chama o general Ivan de Souza Mendes de “generaleco”.

2 de junho de 1988

Aprovado na Constituinte o mandato presidencial de cinco anos para o presidente José Sarney.

3 de setembro de 1988

A Assembléia Nacional Constituinte encerra seus trabalhos.

5 de outubro de 1988

Promulgada a nova Constituição.

9 de novembro de 1988

Três operários em greve morrem na Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, durante conflito com soldados do Exército que invadiram a empresa.

31 de dezembro de 1988

Naufrágio da embarcação *Bateau Mouche*, no Rio de Janeiro. Inquérito da Marinha responsabiliza vários oficiais por falhas na fiscalização da embarcação.

15 de janeiro de 1989

Lançado o Plano Verão.

5 de fevereiro de 1989

Concedido asilo político ao general Alfredo Stroessner, deposto por golpe de Estado no Paraguai.

23 de maio de 1989

O general Euclides Figueiredo chama o ministro do Exército de covarde por não ter defendido o general Newton Cruz das acusações no caso Baumgarten. Foi punido com 10 dias de prisão domiciliar.

2 de junho de 1989

O ministro do Exército pune o general Newton Cruz por ter protestado contra a prisão de Euclides Figueiredo.

15 de novembro de 1989

Eleições em primeiro turno para presidente da República. Os dois primeiros colocados são Fernando Collor de Mello e Luís Inácio (Lula) da Silva.

17 de dezembro de 1989

Eleições em segundo turno para a presidência da República dão vitória a Collor.

15 de março de 1990

Posse de Fernando Collor de Mello na presidência da República. Um dos primeiros atos do governo foi a extinção do SNI.

11 de abril de 1990

Congresso aprova o Plano Collor.

18 de setembro de 1990

O presidente Fernando Collor viaja com os ministros militares para a serra do Cachimbo, no sul do Pará, onde despeja uma pá de cal no buraco construído pela Aeronáutica para testes nucleares, simbolizando o fim de projetos desse tipo no país.

31 de janeiro de 1991

Lançado o Plano Collor II.

Fevereiro de 1991

Três soldados brasileiros são mortos por guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia em ataque a um posto do Exército no rio Traíra, fronteira do Brasil com a Colômbia. Em seguida, o Exército brasileiro reagiu e, segundo a versão oficial da instituição, matou sete guerrilheiros colombianos.

8 de maio de 1991

Demissão da ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello.

30 de outubro de 1991

O ministro do Exército, Carlos Tinoco, comparece à Câmara para esclarecer acusações de superfaturamento na compra de fardas.

Janeiro de 1992

Três ministros deixam o governo acusados de corrupção ou favorecimento: Rogério Magri, Margarida Procópio e Alcení Guerra.

5 de maio de 1992

O vice-presidente Itamar Franco desliga-se do PRN, criticando o novo ministério constituído após a renúncia ministerial coletiva de março de 1992.

20 de maio de 1992

Pedro Collor acusa seu irmão e presidente da República de ter vínculos com esquemas ilícitos de seu tesoureiro de campanha e amigo, Paulo César Farias, o PC.

26 de maio de 1992

O Congresso Nacional cria CPI para apurar as denúncias de Pedro Collor sobre P.C. Farias.

10 de junho de 1992

O secretário do presidente, Cláudio Vieira, dá depoimento no Congresso sobre a “Operação Uruguai”.

28 de junho de 1992

Francisco Eriberto França, ex-motorista de Ana Acióli Gomes, secretária particular do presidente Collor, declara que costumava pegar cheques e dólares nas empresas de Paulo César Farias para pagar contas pessoais de Fernando Collor.

22 de julho de 1992

CPI conclui que as reformas na Casa da Dinda, residência do presidente Collor, foram pagas por P.C. Farias e correntistas fantasmas.

16 de agosto de 1992

Primeiras manifestações de rua pedindo o *impeachment* do presidente.

25 de agosto de 1992

Nota conjunta do ministério afirma que os ministros permanecerão nos cargos para garantir a governabilidade do país.

26 de agosto de 1992

CPI aprova relatório do deputado Amir Lando, responsabilizando o presidente Collor por irregularidades no governo.

7 de setembro de 1992

Em diversas cidades do país, manifestantes vestem-se de preto em resposta ao pedido de Collor para que a população vestisse, nesse dia, verde e amarelo.

29 de setembro de 1992

A Câmara dos Deputados autoriza a abertura do processo de *impeachment* contra o presidente Collor.

2 de outubro de 1992

O presidente Fernando Collor recebe notificação do Senado de seu afastamento da presidência da República, para que se proceda à apuração das irregularidades de que é acusado. O vice-presidente Itamar Franco assume temporariamente a presidência.

29 de dezembro de 1992

O Congresso vota a condenação de Collor por crime de responsabilidade. Collor renuncia à presidência da República e fica impedido de concorrer a cargos eletivos e ocupar cargos públicos por oito anos.

21 de abril de 1993

Plebiscito nacional mantém a forma republicana e o sistema presidencialista de governo.

1º de julho de 1994

Lançado o Plano Real.

3 de outubro de 1994

Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente da República no primeiro turno.

1º de janeiro de 1995

Posse de Fernando Henrique na presidência da República.

20 de maio de 1995

A empresa Esca é afastada do Projeto Sivam depois de denúncias de irregularidades.

23 de maio de 1995

Criada a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. O Ministério da Justiça decide que o Estado reconheceria a morte dos desaparecidos políticos e pagaria indenização às famílias.

28 de agosto de 1995

No aniversário de 16 anos da Lei de Anistia, o governo apresenta projeto de lei que prevê o pagamento de indenizações para os familiares dos desaparecidos.

18 de novembro de 1995

Divulgado escândalo dos “grampos” envolvendo negociações no Projeto Sivam. O Banco Central intervém no Banco Nacional.

19 de novembro de 1995

Mauro Gandra pede demissão do cargo de ministro da Aeronáutica.

Fevereiro de 1996

Fernando Henrique divulga carta elogiando a atuação do ex-ministro Gandra, da Aeronáutica.

17 de fevereiro de 1997

Cerca de 1.300 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, oriundos de várias partes do país, iniciam marcha a Brasília.

25 de fevereiro de 1997

Aprovada a emenda constitucional que permite a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos.

13 de maio de 1997

A imprensa noticia que o ministro Sérgio Motta teria comprado votos no Congresso para garantir a aprovação da emenda da reeleição.

Junho de 1997

As Forças Armadas anunciam um calendário de comemorações do qual não constam as do dia 31 de março de 1964. O governo começa a indenizar as famílias de desaparecidos.

12 de junho de 1997

Insatisfeita com os baixos salários, a Polícia Militar de Minas Gerais entra em greve.

20 de junho de 1997

O Brasil adere ao TNP, Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

29 de julho de 1997

Conflitos em Fortaleza, Ceará, entre tropas de choque da PM e policiais civis e militares que protestam por melhores salários.

Dezembro de 1997

A Marinha efetua compra de aviões A-4 do Kuwait para equipar o porta-aviões *Minas Gerais*.

4 de abril de 1998

Exonerado o subdiretor de saúde e médico do Exército, general-de-brigada Ricardo Agnesse Fayad (nomeado para o cargo em fevereiro), acusado de participar de sessões de tortura no DOI-Codi do Rio de Janeiro, entre 1968 e 1973.

19 de novembro de 1998

Fernando Henrique envia ao Congresso o projeto que cria o Ministério da Defesa e transforma os ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica em comandos militares.

1º de janeiro de 1999

Élcio Álvares é nomeado ministro extraordinário da Defesa até que o projeto que cria o ministério seja aprovado no Congresso.

9 de junho de 1999

Lei Complementar cria o Ministério da Defesa. Os três ministérios militares são transformados em comandos.

18 de janeiro de 2000

Depois de várias denúncias, Élcio Álvares é demitido do Ministério da Defesa e substituído pelo advogado Geraldo Quintão.

23 de maio de 2000

Por 10 votos a um, o Superior Tribunal Militar decide pelo arquivamento definitivo do inquérito que investiga o caso do Riocentro.

Junho de 2000

Aberto inquérito policial-militar no Comando Militar da Amazônia para apurar denúncias, veiculadas pela imprensa brasileira, de que os colombianos mortos no conflito do rio Traíra, em fevereiro de 1991, não eram guerrilheiros, e sim, garimpeiros.